

A INSUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹

The Unsupportability of the Sustainable Development

Alexandrina Luz Conceição².

Abstract

The present article has the goal of naming the destructive forms in which are disguised the rapacity of the capitalist profit which uses up natural resources and submits them to the perverse logic of the world market for the production of the alienating and reified wealth. Thus, one cannot accept the argumentation of the productive rationality and of cultural values in the utilization of the resources of each locality in harmony with the ecological conditions. Any proposal that aims at a sustainable development must be based on the understanding of the relation among necessity, quality and use, going against the vicious circle of the reified system of the capital that substitutes value of use by value of exchange transforming this way men into things. Such proposal needs a theoretical and practical redefinition of the concepts of wealth and ownership and should mean the universality of necessity as the regulator of sustainable development.

Key words: growth, nature, society, sustainable development, environmental crisis

Introdução

As últimas décadas têm sido marcadas como passagem de uma crise indicada como “crise do nosso tempo”. Crise denominada de formas diferenciadas conforme enfoques estabelecidos: crise da história, crise da razão, crise da civilização, crise ambiental.

A crise ambiental se apresenta como limite do real (Leff, 2001):

- limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida;

- limite do crescimento econômico.

A leitura que tem sido feita sobre a crise ambiental, tendo como categoria de análise o “meio-ambiente”, subtrai da discussão as relações sociais historicamente produzidas, perdendo do contexto a totalidade enquanto referência na unidade dialética homem *versus* natureza. A teoria crítica faz observar a dimensão histórica em que se reveste a natureza na medida em que os homens passam a definir a existência nas suas formas de uso sobre essa retiram da natureza suas condições de vida, estes estabelecem relações definidoras de dependência (Marx e Engels, 1987).

¹ Este texto foi elaborado a partir de uma Conferência proferida no dia 14 de outubro de 2004 no III Encontro Nacional do Meio Ambiente, em Salvador/BA.

² Professora do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 49100-000, São Cristóvão-SE aluz@oi.com.br, Rua Lagarto, 1018, Mikonos, apto 601, 49010-380, Aracaju-SE

Considerando a questão ambiental na perspectiva do crescimento econômico, a leitura crítica permite a reflexão na dimensão da relação dialética entre Natureza e Sociedade mediada pelo trabalho. Natural e social são compreendidos no mesmo processo na dimensão histórica, enquanto possibilidade de apropriação dos homens a partir das suas práticas efetivas sobre a natureza.

A sociedade não é imediatamente natureza, mas processo de metabolismo com a natureza, através da razão. Entende-se razão nas suas diversas concepções: inteligência, conhecimento, afeto ou mesmo autoconsciência. O equilíbrio homem - natureza se define na forma racional da sua dominação pelo trabalho, da técnica e da ciência, o que implica compreender o processo sociometabólico da natureza, no resultado das relações entre os homens.

Todas as sociedades devem e podem ser consideradas irracionais, na destruição dos nexos naturais (Leff, 2001), uma vez que se apoiam na falácia da infinitude do poder do homem sobre a natureza. A partir da segunda metade do século XX, os surgimentos de fenômenos, como exemplo, o efeito estufa, passam a significar a possibilidade do fim da humanidade, provocando suscitações sobre essa capacidade ilimitada.

A Falácia da infinitude do Poder do Homem sobre a Natureza.

Segundo Aristóteles a forma do ser vivo, o princípio vital é a alma, a *psykhé*. A alma é a *entelékheia* do corpo, a forma, ou substância formal que orienta e conduz a matéria dos seres vivos à realização de sua finalidade. Os seres vivos estão hierarquizados conforme número e qualidade de funções que estes realizam, essas funções são as almas: nutritiva, reprodutiva, locomotora, sensitiva e a intelectual, que surgem na medida em que atingem na escala hierárquica de graus de capacidades. Os vegetais, seres inferiores, teriam apenas a alma ou função nutritiva e reprodutiva não possuindo como os outros animais a alma sensitiva que possui as funções de sentir prazer e dor.

A função intelectual, responsável pelo conhecimento intelectual, seria exclusiva dos seres humanos, que dotados de cinco almas assumem o mais perfeito e completo grau hierárquico de superioridade em relação aos outros seres vivos. (Chauí, 2002). Esta visão aristotélica definiu-se historicamente, de certa forma, predominante nas práticas efetivas dos homens sobre a natureza, embora novos significados tenham sido apresentados para a leitura teórica epistemológica sobre a condição humana.

Considerado como obra perfeita de Deus, seu filho, o Homem, portanto, o único Ser que dispunha de consciência e alma racional e intelectual, teria sido dotado de capacidade e superioridade sobre a natureza. Por ter inteligência, razão, só os homens sofriam ao serem privados da vida, o que justificava o direito da matança ilimitada das outras espécies animais. Dotados de sensibilidade e intelecto, conforme visão teológica, os humanos tinham todos os direitos de dispor das outras espécies para a garantia do seu crescimento vital. Deus criou os homens à sua imagem e semelhança, tudo

lhes foi entregue para que se multiplicassem, povoassem e dominassem a terra, todos os animais da terra, as aves, os répteis e os peixes estavam no poder dos homens devendo temê-los e respeitá-los (Gênesis 9, 1-7).

Segundo os estóicos, a natureza existia unicamente para servir aos interesses dos homens. Todas as espécies (animais, vegetais e minerais) tinham sido criadas para servir aos propósitos humanos. Devido ao pecado original, os homens necessitavam exercer o trabalho como condição de conquista da natureza. A natureza fora criada para este, sendo que a labuta e o suor eram condições básicas para a obtenção das riquezas através do cultivo da terra. A terra não cultivada significava homens incultos.

Desta forma os índios eram considerados incultos por não cultivarem a terra, sendo então justificado o domínio sobre os mesmos como condição obrigatória humana cristã, e a ocupação dos seus territórios era vista como um ato de defesa à existência da civilização.

Sustentado nessa idéia, o colonialismo a partir do século XV se consolidou na ideologia da superioridade da “raça branca européia”, contra os povos “bárbaros” da Ásia, África e a América. A crueldade em nome da razão e civilização do homem branco dilapidou o ouro e a prata marcando com sangue a natureza. O predomínio do homem sobre o mundo animal, vegetal e mineral, sustentado sob a ideologia do poder, possibilitou a conquista do espaço mundo, que foi estabelecida em desigualdades marcantes na divisão social e territorial do trabalho, e resultou no paradigma da modernidade: a exploração intensiva das potencialidades dos recursos da natureza como meio e fim da felicidade dos homens.

A justificativa da condição da desumanização, dominação e opressão, se pautava na mistificação ideológica de um modelo inscrito na concepção naturalista da condição de “inferioridade”. Modelo prescrito e legitimador do processo opressivo do domínio imperialista, colonial, em nome de uma ordem social qualificada na materialização da diferença pela intensidade do poder e da Civilização, povos foram e são massacrados, dizimados, em nome do Bem contra o Mal.

Na modernidade o significado do conceito de Bem está contido no conceito de finalidade, na relação entre razão e vontade. No campo da subjetividade compreende um valor que se refere ao domínio da moralidade, da conduta, objeto da ética, do valor moral do homem justo, e se relaciona no campo da objetividade enquanto existência de um objeto ou de uma ação, objeto da vontade que se afirma na negação de não-ser Mal. Da negação dos males, portanto o Bem existe na negação do Mal.

Considerado como *desvalor*, o Mal se fundamenta no juízo de valor, logo o mal só é mal se contraria o desejo, o bem estar, a sobrevivência humana garantida pela lei moral. Nesse sentido se adequa aos princípios destrutivos do capital, na sua lógica de acumulação.

O militarismo que acompanha todas as histórias da acumulação serviu para conquistar as colônias modernas, proletarizar os indígenas, impor o trabalho assalariado, desempenhando papel determinante na conquista do

Novo Mundo e dos países produtores e de especiarias como a Índia. O “militarismo é uma arma na concorrência dos países capitalistas, em luta pelo domínio dos territórios de civilização não-capitalista” De um ponto de vista puramente econômico, “ele é para o capital um meio privilegiado de realizar a mais-valia: em outras palavras, é um campo de acumulação”. (Luxemburgo, 1970, p. 399)

O Projeto Iluminista do Desenvolvimento

Na leitura do livro, *Tudo que é sólido desmancha no ar*, Marshall Berman apresenta a figura faustiana de Goethe como a representação e a expressão de um tempo histórico que se contextualiza no desígnio do desejo do desenvolvimento, em duas formas arquetípicas de desenvolvimento - o ideal cultural do autodesenvolvimento e o efetivo movimento social. Nesta trajetória todos os valores deveriam caminhar radicalmente para o desenvolvimento – o mundo físico, moral e social.

Para alcançar o grande sonho da transformação, o poder do processo histórico da modernização, Fausto não se conforma com a sua simples versão visionária e esplendorosa da natureza/terra, condição internalizada finita humana. Para romper com a prisão humana, do limite do demasiadamente humano, e se estabelecer no incessante movimento do progresso, materializando a tragédia do desenvolvimento, ele necessita da mediação de Mefistófeles que o transforma em o Fomentador só possível de realizar-se na contradição dialética da criatividade e da destrutividade.

“O destruidor criativo *par excellence* estava preparado para levar a extremos vitais as conseqüências da inovação técnica e social. E era somente através desse heroísmo criativo que se podia garantir o progresso humano (...) a destruição criativa era o *leitmotif* progressista do desenvolvimento capitalista benevolente”. (Schumpter apud Harvey, 1985, p. 26)

O projeto iluminista fundamentava-se na lógica da “destruição criativa” como condição essencial da modernidade. O empreendedor (o Fomentador faustiano) era considerado a figura heróica. O que não se ajustava às medidas da calculabilidade e da utilidade era suspeito para o iluminismo (Horkheimer - Adorno, 1980). Seguindo a mesma concepção da teoria crítica, Walter Benjamin vê a modernidade como pesadelo mítico que destrói a cumplicidade entre o Homem e a Natureza. Toda a sua leitura crítica se fundamenta na recusa a todas as ideologias e mitos, da ilusão do progresso ilimitado e contínuo que resulta necessariamente na dominação crescente da natureza.

Neste sentido toda a trajetória da acumulação capitalista se justifica no direito incomensurável do uso dos recursos naturais. Só a partir da década de setenta, século XX, ocorrem reações contra o uso exacerbado dos recursos naturais pela economia industrial. A primeira Conferência da ONU resultou em um primeiro relatório do Clube de Roma também conhecido como Clube do

Juízo Final, que indicava a necessidade do limite da utilização industrial dos recursos naturais. A sustentabilidade ecológica passa a ser apresentada como necessidade *indispensável* diante da situação crítica ambiental, das reservas naturais e da natureza do planeta.

Reações imediatas ocorreram contra o discurso da sustentabilidade ecológica, pela defesa do direito do desenvolvimento industrial na lógica do mercado. Nos anos 90 um novo discurso é apresentado como alternativa, colocando como eixo de discussão não mais a questão ecológica, mas os limites da racionalidade econômica contra a degradação ambiental. Resultante das discussões da Conferência das Nações Unidas, no Rio de Janeiro, conhecida como ECO – 92, a Agenda 21 propõe o princípio da sustentabilidade na busca do equilíbrio entre meio ambiente e desenvolvimento, anulando as possibilidades da crítica às contradições do sistema sociometabólico do capital e propondo os limites da racionalidade econômica contra a degradação ambiental.

Ainda na década de noventa, os ecos dos defensores que anunciavam o caráter da universalização do alto padrão norte-americano de consumo de massa, o sistema de expansão de supérfluos, ignorando os limites da onipotência tecnológica, nos dias atuais assumem o tom cataclísmico dos discursos ecológicos desviando dos problemas sociais e políticos, “Analogamente, as pessoas deveriam esquecer tudo sobre as cifras astronômicas despendidas em armamentos e aceitar cortes consideráveis em seu padrão de vida, de modo a viabilizar os custos da *recuperação do meio ambiente*”. (Mészáros, 2002^a, p. 987)

O centro da discussão passa a ser direcionado contra o modo de *produção* e de *vida* dos homens, estes considerados como responsáveis pela crise do meio ambiente, indicando a necessidade de encontrar a reintegração da relação homem *versus* natureza, através de ações práticas articuladas ao processo ecológico, tecnológico e cultural, conforme os estilos de vida, a partir das potencialidades ecológicas locais.

O direcionamento da responsabilidade da crise ecológica passa a ser orientado na condição humana na idéia da possibilidade de solução apenas a partir da educação ambiental. Desta forma é *afastada a leitura das contradições entre a expansão do desenvolvimento econômico e os limites dos recursos da natureza*, permanecendo intocável a essência da dimensão da estrutura sócio-econômica do modo de produção capitalista, definida no intercâmbio metabólico com a natureza, riqueza e propriedade. Para Karl Marx, produzindo seus meios de vida, os homens produzem a sua própria vida. O que os homens são coincide com sua produção, tanto com o que produzem como com o modo como produzem. Seu significado só se estabelece através da relação com a natureza via o trabalho humano, logo a sua relação com a natureza é a condição de sua mediação social humana. O primeiro ato histórico é a produção da vida e se estabelece em dupla relação individual e social, portanto, desenvolvimento e ambiente encontram-se em uma relação recíproca: atividades econômicas transformam o ambiente, e o ambiente

alterado constitui uma restrição externa para o desenvolvimento econômico e social.

Conforme Elmar Altvater no seu livro *O Preço da Riqueza*, (1995, p. 23), “O desenvolvimento não ocorre num laboratório atemporal e independente do espaço”.

Por que o desenvolvimento é contrário ao ambiente?

Os Limites do Capital

O sistema do capital se articula numa rede de contradições. O ciclo da qualidade total é introduzido no sistema de produção como alternativa para a eliminação do desperdício, o fim da gordura significa garantia de demanda e garantia de acumulação.

O sistema metabólico sócio econômico do capital induz à ampliação da velocidade da produção de valores de troca, que emerge cada vez mais crescente. A tendência expansionista intrínseca do sistema produtivo subverte a qualidade do produto, quanto mais qualidade total, menor tempo de vida útil dos produtos, o tempo médio de vida útil do produto é cada vez mais reduzido, ou seja, os produtos devem ter uma reposição ágil no mercado para a garantia de maior lucro. Desperdício e destrutividade são seus traços determinantes (Antunes, 1999). Consumo e destruição são equivalentes funcionais, o que denota o caráter contraditório do discurso do desenvolvimento sustentável, o caráter da sua insustentabilidade.

O necessário torna-se supérfluo para justificar-se o seu não-valor de uso, enquanto a economia de mercado perversamente cria o fetiche da necessidade lucrativamente produzida a serviço da reprodução ampliada do capital. Em artigo na Folha de São Paulo de 26 de julho de 1998, conforme Robert Kurz, da mesma maneira perversa que o mercado produz o fenômeno da fome, uma vez que as indústrias alimentícias retiram de seus produtos ingredientes básicos produzindo uma permanente sensação de fome, é ele próprio que reage a essa situação, com sua indústria suplementar de ‘complementos alimentares’, na forma de vitaminas e minerais etc., com o objetivo de aumentar o consumo. A qualquer custo busca-se o lucro sob o pretexto da utilidade destruindo os recursos humanos e materiais.

O desenvolvimento produtivo não pode ser sustentado indefinidamente, desafiando o princípio da auto-realização ampliada do capital, ou seja, a exigência da limitação da produção orientada para a troca - consumo, que significa o limite de apropriação da natureza e da propriedade.

Neste sentido, o modelo neoliberal conduz à proposta da sustentabilidade, propondo a alternativa da estratégia do crescimento econômico capitalista pelo equilíbrio entre as condições ecológicas e valores ambientais, com a introdução do discurso ideológico da existência do capital natural, humano social e cultural, possibilitando pensar o desenvolvimento alternativo com equidade e justiça social, sem questionar o trabalho como mercadoria e a produção intensiva através dos recursos naturais. O objetivo da

produção reificada e alienante alimenta potencialidades produtivas em realidades destrutivas.

A relação homem-natureza é subsumida no poder de gestão do grupo produtor, vez que se estabelece na economia de exceção, dos inclusos, que se torna a responsável pela sustentabilidade ecológica no devir do desenvolvimento, que não se define pela apropriação social, mas pela capacidade de participação e solidariedade na produção para o mercado. O discurso da sustentabilidade é veiculado à necessidade do desenvolvimento econômico a partir de recursos próprios, *in natura*, mediante uma gestão racional da comunidade local. Desta forma, as contradições provenientes da economia do crescimento canceroso³ (Mészáros, 2004b) de mercado, cujo metabolismo é alimentado nas desigualdades sociais são operadas como antagonismos que podem ser superados pela condução ética e moral da utilização da natureza pela população dos países pobres periféricos.

Negando os limites do crescimento, anuncia a reintegração do homem à natureza, à racionalidade do capital, gerando novas formas da apropriação dos recursos naturais, frente às novas formas de exploração do trabalho, via a desregulamentação dos direitos do trabalho; a precarização e terceirização da força humana que trabalha. Deslocando o eixo da problemática da dimensão do real que move o circuito Estado-Capital e Trabalho para o simulacro da imensurável busca do lucro, não se argúi a incontrolabilidade do sistema de produção de mercadorias.

Acenando para a relação custo e benefício (manutenção da produção de supérfluos) e custos de recuperação do meio ambiente desvia-se a dialética da relação necessidade e qualidade como reguladoras da riqueza da produção, permanecendo nos padrões da economia do valor que se define na troca (consumo) pela intensificação da produção de riquezas (Mészáros, 2002), pelo princípio da auto-realização ampliada do capital, da produção orientada para o consumo, sem colocar em risco o limite da apropriação da natureza, da propriedade.

O modelo neoliberal conduz à proposta da sustentabilidade sob a égide do discurso da ética e da moral das condições ecológicas e valores ambientais e do crescimento econômico. Como afirma Enrique Leff (2001), a ideologia do desenvolvimento sustentável desencadeia um delírio e uma inércia incontrolável de crescimento. Neste sentido, o discurso ecológico tornou-se a estratégia para o desvio dos problemas sociais e políticos. Em um discurso ideológico e de difícil contraposição se fundamenta a necessidade da inclusão, compreendida na dimensão geográfica da gestão local, regional, e sobretudo na relação campo cidade.

³ Expressão utilizada por István Mészáros. Para este autor, “crescimento canceroso significa que o capital precisa crescer cada vez mais para não entrar em colapso. O sistema precisa acumular sem parar ... e isso pode ser extremamente destrutivo.” Ver entrevista do autor no Brasil de Fato em 09/08/2004.

A ideologia do desenvolvimento sustentável tornou-se a estratégia para o desvio da crise do capitalismo do campo da luta de classe para o da crise ambiental.

“Há por infelicidade um número demasiado grande de exemplos (históricos e contemporâneos) em que metas sociais e políticas foram disfarçadas ou justificadas por meio da retórica do ambientalismo, ditadas por limites naturais ou pela escassez imposta pela natureza”. (Harvey, 2004, p. 284-285)

Alicerçados em políticas de regionalização e municipalização através de projetos locais sob a égide da mudança de paradigmas a partir de uma ecologia pragmática e realista, os discursos se somam como alternativas para a crise ambiental. Sem se perder o discurso do desenvolvimento como necessidade básica da existência humana se delega ao homem a responsabilidade da superação das contradições. Nesta entoação o discurso de Alain Lipietz (2003) defende a necessidade de medidas regulamentares (leis e normas), acordos de autolimitação e códigos de boa conduta, priorizando tecnologias que respeitem o meio ambiente visando a percepção da escala dos riscos e das vantagens do desenvolvimento sustentável. A palavra de ordem se circunscreve na perspectiva de uma visão planetária, inscrita no *agir globalmente, pensar localmente* ao tempo que se deve *agir localmente e pensar globalmente*. Talvez por esquecer que, “a vigente *civilização* do dinheiro não é capaz de analisar racionalmente a origem do terror, porque afinal teria que questionar a si mesma”. (Robert Kurz , 2004, p. 274)

Intensos debates se fundamentam na crença do princípio da sobrevivência humana como condição de garantia da vida, de “um destino comum do gênero humano de necessidades comuns, de vantagens recíprocas” (Lipietz, 2003, p. 25). A sustentabilidade é colocada como questão ideológica e política fora do eixo do problema ecológico e econômico.

A problemática é analisada a partir da visão hegeliana da moralidade subjetiva, da ajuda mútua da sociedade civil, onde a suprema causa da decadência é a corrupção dos costumes, condição intrínseca ao homem do princípio da pessoa autônoma e infinita em si mesma, da liberdade subjetiva, do livre-arbítrio e da natureza própria de cada um. Enquanto a condição da satisfação das carências, dos prazeres, da liberdade são fins absolutos e só se realizam universalmente. Conforme concepção hegeliana é só no princípio da universalidade que o princípio da particularidade encontra a sua verdade. A unidade é definida pela necessidade, neste sentido o particular é obrigado a ascender à forma do universal e buscar nele permanecer.

A unidade entre o universal existente em si e a particularidade subjetiva só será reconhecida pela jurisdição, através de um contrato, que se realiza no Estado. O Estado é, portanto, para Hegel, o espírito objetivo. Só como membro do Estado é que o indivíduo tem objetividade, verdade e moralidade.

Ao se estabelecer o limite do local, não se deve perder de vista as contradições do espaço dentro da sociedade e da prática social. A sua representação está sempre a serviço de uma estratégia que oculta pela aparente coerência racional e objetiva as contradições da realidade (Léfèbvre, 1976). O espaço social resulta da história, das atividades econômicas, e está vinculado a produção e a reprodução das relações sociais.

Ao analisar a economia capitalista como expressão de uma totalidade específica é preciso observar a unidade das contradições em que se revestem as relações entre a internacionalização das forças produtivas e das fronteiras nacionais.

A intensificação da produção demanda uma parcela crescente do produto primário bruto (que é limitado) de que depende a vida, provocando o entropismo da natureza. Para garantir suas entropias, os países dominantes exteriorizam seus problemas ecológicos, importando matérias primas e energia das reservas naturais dos países periféricos e exportando para estes, seus rejeitos sólidos, líquidos e gasosos. As reservas de recursos naturais dos países periféricos servem apenas como ilhas de sintropia para sistemas de transformação industrial dos países dominantes. (Altvater, 1995)

A condição dos países periféricos, dependentes exportadores, fragiliza a rede de intercâmbio comercial submetendo-os à situação de devedores internacionais. A dívida externa constitui a condição de amarras para a dependência dos países “pobres” exportadores que permanecem subordinados sob o controle dos ditames da política econômica internacional. Os limites do crescimento representam uma restrição real ao desenvolvimento econômico e social. “A destruição ecológica e o esgotamento dos recursos não são problemas gerados por processos naturais, mas determinados pelas formas sociais e pelos padrões tecnológicos de apropriação e exploração econômica da natureza”. (Altvater, 1995, p. 49)

A perspectiva do desenvolvimento sustentável nos países periféricos está diretamente relacionada às políticas governamentais locais em sintonia com a política neoliberal, na especificidade do governo norte-americano, que estabelece o que e como produzir. Seus objetivos não se limitam à satisfação e necessidade da população como um todo enquanto condição de uso, mas à determinação do atendimento ao Programa do BIRD sob o controle das instituições financeiras, o FMI e o Banco Mundial.

Como compreender os discursos da sustentabilidade local da produção *versus* esgotamento de recursos e degradação antrópica, via um processo de centralidade da produção? Como compreender os discursos da racionalidade produtiva a partir dos valores culturais e do aproveitamento dos recursos de cada localidade em harmonia com as condições ecológicas? Como compreender a condição de desenvolvimento, aprisionado à idéia do consumo/lucro como indicador de qualidade de vida?

A lógica nacional está submetida à lógica mundial regulada pelo lucro, na lógica perversa do mercado mundial. Neste contexto, o agronegócio é um importante exemplo para a nossa análise, constituindo-se a principal alternativa

no processo de mundialização do capital de interesse do setor financeiro internacional que se beneficia com o crescimento das exportações, vez que este representa a equivalência da dívida externa, que é impagável, condição fundamental a retroalimentação do Banco Mundial. Se de um lado a expansão no mercado mundial estimula lucros econômicos, por outro, o ritmo de recursos do agronegócio recai no ritmo de consumo dos recursos naturais. O acesso à natureza passa a ser mediado pelo mercado.

O domínio do homem sobre sua condição de existência orgânica e inorgânica é pré - condição necessária de permanência da vida individual e social, definida pela necessidade de satisfação, o que coloca em cheque o paradigma da modernidade da exacerbação do consumo como qualidade de vida, que se cristaliza na desigualdade de apropriação. Não é possível superar essas contradições sem uma alternativa radical ao modo de controle do metabolismo social do capital.

Como falar em desenvolvimento diante da tendência ao desemprego crônico? Ou seremos capazes de atender a nova máxima ideológica do momento atual: *Pense globalmente, aja localmente*. A medida para seu alcance é apresentada na crítica que se faz à visão economicista dos “marxistas”.

Como contrapartida, o modelo de desenvolvimento sustentável propõe saídas no Ecoturismo. A venda da mercadoria verde, nas quais, áreas verdes paisagísticas, praias, montanhas são vendidas em benefício da lógica da reprodução do capital. O simulacro do vivido, do sentido é determinante para a simulação da venda do último tempo a ser vendido, o do lazer.

A realidade destrutiva do capital é colocada como pressuposto da reprodução das condições sustentáveis da existência humana. O uso é capturado como pretexto de garantir o consumo (de poucos). “Tanto a oferta quanto a procura são cinicamente relativizadas, para permitir a legitimação da *oferta real* mediante uma *‘demanda’ fictícia*”. (Mészáros, 2004 a, p. 299)

Toda mercadoria tem duplo valor, de uso e valor de troca, entretanto como afirma Karl Marx (1978), o valor de troca de uma mercadoria não é visível em seu próprio valor de uso. Se a produção constituísse meio de satisfação das necessidades não seria mercadoria, esta só se efetiva como valor de troca. O consumo cria a necessidade de uma nova produção, cria o impulso da produção, como necessidade, como fim. Sem necessidade não há produção, mas o consumo reproduz a necessidade. Do mesmo modo que a produção engendra o consumo, este engendra a disposição do produtor, solicitando-lhe a finalidade da produção sob a forma de uma necessidade determinante. Embora a dependência seja recíproca, ao realizar-se, um cria o outro, entretanto não são idênticos. Assim como a produção e o consumo a distribuição e a troca fazem parte de uma totalidade.

Ao subordinar a necessidade humana à reprodução ampliada do valor de troca o sistema do capital submete a relação entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva, subordinando o homem a condição de fator material de produção (mão de obra). A produção é orientada não para a necessidade e o uso, uma vez que a demanda da reprodução do capital é que praticamente

define o critério da utilidade. Seres humanos são necessários e supérfluos para o capital.

É preciso lembrar que *para o capital não importa quantos irão consumir, mas quanto será consumido*. A subordinação sócio-estrutural do trabalho ao capital é vista como inquestionável justificada e explicada por inúmeras tautologias. Afinal a quem cabe determinar o que, como e quanto produzir?

A ação militar ainda continua sendo a estratégia de ocupação e apropriação de riqueza. Porém, hoje, não se trata apenas de simples operação estratégica geopolítica de guerra para a apropriação de recursos naturais, mas a estratégica alternativa de impasse da crise do capital. Na análise de Gilson Dantas (2004), os EUA tentaram reverter à estagnação de sua economia em meio ao grave desemprego e da explosão do capital especulativo através: do desmonte do Estado do bem estar, dos cortes de despesas públicas voltadas para o social; da extração de mais-riqueza dos países periféricos, pela privatização das suas estatais e da mundialização do capital, mas não debelou a sua crise, o que indica uma crise estrutural do conjunto da economia capitalista. Diante de um possível esgotamento econômico, os EUA buscam a tentativa de expandir a economia a partir da ampliação da máquina militar, impondo a guerra de controle, para se converterem no Estado imperialista hegemônico. Mais recentemente, no Afeganistão, Iraque, e agora no Irã. O que se pode concluir é que a dinâmica econômica do G-7 aponta em direção ao poder bélico-destrutivo, para a obtenção de investimentos produtivos.

Na lógica da crise do capital, não importam os limites para recompor a tendência crescente da taxa de lucros, a economia armamentista tem sido o modelo para esta recomposição. “O emprego dos impostos extorquidos dos operários na produção de material de guerra oferece ao capital uma nova possibilidade de acumulação”. (Luxemburg, 1970:409)

A hegemonia imperialista é imposta pelo controle bélico do território, o que significa, na velha leitura de Frederich Ratzel, a conquista do espaço vital. Como afirma Roberto Kurz (1997, p. 245), “A moderna democracia do Ocidente é incapaz de ocultar o fato de ser herdeira da ditadura militar e armamentista do início da modernidade – e isso não só na esfera tecnológica, mas também em sua estrutura social”. O poder bélico-destrutivo implica na garantia de controle de ilhas de sintropia como garantia ecológica. A privatização da Amazônia é o princípio da sustentabilidade temporária (que o seja!) do Império norte americano.

Conclusão

Aos poucos, os ritmos velozes da acumulação ampliada do capital geram a escassez dos recursos, restando o consolo de que cresce o número de fotografias paisagísticas para serem vendidas aos poucos artistas melancólicos que souberem desempenhar com perfeição o papel de artistas no teatro da Vida, que em poucos segundos, no efêmero tempo do capital restam para entenderem que o desenvolvimento sustentável só é possível se estabelecido

pela produção e apropriação social em nível local ao mesmo tempo regional e global.

Como sinaliza István Mészáros (2002a), diferentemente da produção de riqueza para a acumulação capitalista atraída pelo lucro incomensurável da dimensão individual, a riqueza da produção tem como significativa a universalidade das necessidades. A auto-realização por meio da riqueza de produção e não pela produção da riqueza alienante e reificada, implica na dialética da necessidade e produtividade, onde as determinações limitantes da produção são orientadas para a necessidade. Qualquer proposta que vise o desenvolvimento sustentável deve estar alicerçada na compreensão da relação necessidade, qualidade e uso, contrapondo-se ao círculo vicioso do sistema reificado do capital na produção de supérfluos, que transforma os homens em coisas, limitando a apropriação na dimensão do individual, no crescente acúmulo do capital. Para tal, é necessária a redefinição teórica e prática de riqueza e de propriedade.

O alicerce da sustentabilidade do desenvolvimento deve ser cristalizado na capacidade e na universalidade da apropriação dos recursos naturais e do trabalho. É a necessidade que deve regular a sustentabilidade do desenvolvimento. Admitir o desenvolvimento a partir do que define o mercado é afirmar a condição determinante da insustentabilidade do desenvolvimento sustentável.

Referências bibliográficas

- ALTVATER, Elmar. O Preço da Riqueza, tradução de Wolfgang Leo Maar, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho, São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. Introdução à história da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles, vol. 1, São Paulo: Companhia da Letras, 2002.
- DANTAS, Gilson. A invasão do Iraque e os impasses do imperialismo norte-americano, in Revista Brasileira Revolucionária São Paulo: IMA, Ano XII, nº32, dez/2003 a março/2004, p. 50-55.
- HARVEY, David. A Condição Pós Moderna, tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- _____. Espaços de Esperança, tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. Conceito de Iluminismo, in Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1980: 87-116.
- HEGEL, G. W. F. Princípios da Filosofia do Direito. Tradução de Orlando Vitorino, São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KURZ, Robert. Os Últimos Combates, Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- _____. Fome em abundância, in Folha de São Paulo, Caderno Mais! 26 de Julho, 1998: 3.

- _____. Com todo Vapor ao Colapso. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF – PAZULIN, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. Espacio y Política: O direito a la ciudad, II, tradução de Janine Muls de Liarás y Jaime Liarás García, Barcelona: serie universitária, Ediciones 62 s/a, 1976.
- LEFF, Enrique. Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder, tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- LIPIETZ, Alain. A Ecologia Política, solução para a crise da instância política, In Ecología Política: Naturaleza, Sociedad y Utopia, compilado por Héctor Alimonda, Buenos Aires: Clacso, 2003.
- LUXEMBURG, Rosa. A Acumulação do Capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo, tradução de Moniz Bandeira, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã (I – Feuerbach), tradução José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira, São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
- _____. Para a Crítica da Economia Política, in Os Pensadores, Tradução de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi, São Paulo: Abril Cultural, 1978: 101-258.
- _____. Manuscritos Econômicos Filosóficos tradução de Artur Mourão, Lisboa: Edições 70, 1993.
- MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital, tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa, São Paulo: Ed. Boi Tempo Editorial, 2002.
- _____. O Poder da Ideologia, tradução de Paulo Cezar Castanheira, São Paulo: Ed. Boi Tempo Editorial, 2004 a.
- _____. A Globalização capitalista é nefasta. Entrevista concedida para o Brasil de Fato, São Paulo, em 09 de agosto de 2004 b.
- THOMAS, Keith. O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às Plantas e aos animais (1500-1800); Tradução João Roberto Martins Filho São Paulo: Cia das Letras, 1988.